

Recife aprova lei sobre remédios de maconha

Produto é usado no tratamento de doenças como Parkinson

Divulgação / Pixabay

A Câmara de Vereadores do Recife deu um passo significativo em direção à regulamentação do uso de maconha medicinal, aprovando, em primeira votação, um projeto de lei que pode transformar a realidade de muitos pacientes que dependem dessa alternativa terapêutica. A proposta, que será submetida a um segundo turno de votação na próxima semana, garante o acesso gratuito a medicamentos produzidos à base da planta, que têm se mostrado eficazes no tratamento de doenças como ansiedade, Parkinson, epilepsia e outras condições que afetam a qualidade de vida de milhares de pessoas. O Projeto de Lei 207/2022, de autoria da vereadora Cida Pedrosa (PCDoB), não apenas regulamenta o uso e a distribuição desses produtos, mas também detalha as diretrizes que deverão ser seguidas. A proposta define que a medicação consistirá em um óleo extraído da erva, isento do princípio ativo responsável pelos efeitos alucinógenos. Essa medicação, que é quase sempre importada, possui um custo elevado, variando entre R\$ 400 e mais de R\$ 1 mil, o que torna o acesso bastante restrito. Durante a sessão, 33 dos 39 vereadores estavam presentes e todos votaram a favor do texto, evidenciando um forte apoio político a essa iniciativa. A aprovação representa um avanço nas políticas de saúde



O Projeto de Lei 207/2022 é de autoria da vereadora Cida Pedrosa (PCDoB)

de pública e pode proporcionar uma alternativa de tratamento a muitos recifenses que não têm acesso a outras opções mais caras ou ineficazes. Apesar de a maconha ser considerada uma droga entorpecente e proibida no Brasil, desde 2019 a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) permite a venda da substância para fins medicinais, desde que haja prescrição médica. Esse marco legal tem facilitado o acesso a tratamentos, mas a realidade ainda é desafiadora para muitos. Em Pernambuco, estima-se que cerca de 74 mil pessoas utilizam produtos derivados da maconha, segundo dados da Comissão de Direito Canábico da Ordem dos

Advogados do Brasil (OAB) no estado. Se a proposta for confirmada na segunda votação, ela seguirá para a sanção do prefeito João Campos (PSB). Cida Pedrosa, autora do projeto, ressaltou que a proposta busca democratizar o acesso a esses medicamentos. "Hoje, o custo é elevado, e o acesso é limitado a quem pode pagar ou a quem consegue ganhar o direito na Justiça para o SUS custear", afirmou a vereadora, enfatizando a injustiça que muitos pacientes enfrentam. Durante sua tramitação, o projeto recebeu a adesão de outros 25 vereadores, que assinaram o texto como coautores. Esse número expressivo representa cerca de

dois terços da atual legislatura, refletindo um comprometimento coletivo em prol da causa e da relevância do tema para a sociedade. A aprovação do projeto pode transformar a vida de muitas pessoas que dependem de medicamentos à base de maconha para aliviar os sintomas de doenças graves. Além disso, sinaliza uma mudança na percepção sobre o uso medicinal da planta, desmistificando preconceitos e promovendo uma aceitação mais ampla em torno de sua aplicação terapêutica. O debate em torno da maconha medicinal no Recife se alinha a um movimento nacional que busca a regularização do uso da substância.

CORREIO OPINIÃO

Já tem gente pensando em produzir energia solar no espaço

Por Rodrigo Bourscheidt*

Nos últimos anos, presenciemos uma mudança significativa na forma como o mundo encara o consumo e a produção de energia. A crescente preocupação com as mudanças climáticas e a necessidade urgente de proteger o nosso planeta, fez a transição energética emergir como uma solução e se tornou vital. Sem dúvida, a energia solar se destaca nesse cenário como protagonista essencial no setor.

A partir daí, não param de surgir ideias de locais onde seja possível gerar uma maior quantidade de energia solar. Vou começar falando da China. Recentemente, o país descobriu que os desertos podem ser o ambiente ideal para painéis solares. Segundo os pesquisadores da Universidade de Tecnologia de Xi'an, as instalações fotovoltaicas em áreas áridas não apenas geram grandes quantidades de energia limpa, mas também podem melhorar o ecossistema local, com efeitos positivos sobre o microclima, as propriedades do solo e a vegetação, projetando sombra, reduzindo a pressão do ar e umidificando o ambiente.

Do planeta Terra para o espaço, também já tem gente arumando um jeito de explorar os raios solares, digamos, mais

próximo à fonte. O empresário bilionário americano Bajju Bhatt, cofundador da Robihood, empresa de serviços financeiros com sede nos EUA, promete revolucionar a infraestrutura energética. A proposta do executivo é construir painéis solares no espaço e transmitir a energia gerada diretamente para a Terra e essa é a missão de sua nova empresa, a Aetherflux. Com o novo investimento, Bhatt enxerga uma oportunidade única para resolver dois desafios ao mesmo tempo: a crescente demanda por energia limpa e a necessidade de liberar áreas terrestres para outros usos. Assim como a Starlink, de Elon Musk, transformou o mercado de internet por satélite com uma constelação de pequenos satélites, a Aetherflux busca criar um modelo escalável para a energia solar espacial.

No entanto, o conceito de energia solar no espaço não é novo. Desde a década de 1970, a NASA e outras agências têm investigado essa possibilidade, porém os altos custos de lançamento e a falta de tecnologia viável sempre foram obstáculos. Agora, com empresas reduzindo drasticamente os custos de envio de satélites ao espaço, a ideia está voltando a ganhar tração.

*CEO e fundador da Energy+

Operação Praias Limpas na Paraíba

Equipes da Operação Praias Limpas iniciaram, na manhã da última quarta-feira (30), uma varredura mais aprofundada na rede de galerias pluviais que desembocam na orla de Manaíra, com foco nos trechos nos quais se identificou o escoamento de água em coloração escura nos últimos dias. Além das coletas de amostras para análise em laboratório, as equipes estão fazendo uma vídeoinspeção robotizada, que consiste no uso de um robô inserido nas galerias para identificação de possíveis ligações clandestinas.

Com o equipamento, será possível descobrir a origem da água escurecida. Para o superintendente da Sudema, Marcelo Cavalcanti, a ação será fundamental para coibir essa prática o mais rápido possível. "Estamos trabalhando incansavelmente para descobrir a origem dessa água, de modo a interromper essa ligação clandestina o quanto antes. É um trabalho contínuo que seguirá pelos próximos dias, fazendo essa verificação em cada galeria ligada a esta rede", pontuou.

A Operação Praias Limpas é uma ação conjunta realizada pela Superintendência de Administração do Meio Ambiente, Companhia de Água e Esgotos da Paraíba, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade, Secretaria Municipal de Infraestrutura de João Pessoa e tem como objetivo identificar lançamentos irregulares de esgoto, despejos de resíduos no mar e ligações clandestinas.



Apartamentos exclusivos e completos para long stay em Ipanema com a comodidade de ter serviços de um hotel à sua disposição.



R. Francisco Otaviano, 155 - Ipanema, Rio de Janeiro - RJ